

Esse perigoso jogo do "toma-lá-dá-cá"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Alguma coisa não bate bem, na República. Tem-se a impressão, cada dia mais intensa, de estarmos vivendo em duas dimensões. Elas se apresentam superpostas e entrelaçadas, mas o que acontece numa é o oposto do que se passa na outra. Como as personagens são os mesmos, transitando de lá para cá, a conclusão parece ser que encenam o teatro do absurdo. No caso, pode ser uma farsa ou uma pantomima. Ou, com mais probabilidade, uma tragédia.

Ontem, em sua coluna, mestre Carlos Castello Branco relatou conversa tida na séspera com o presidente José Sarney. Disse-lhe o chefe do governo que não vai dar nada, que não paga o preço do fisiologismo. Não tem sentido, e nenhum interesse do governo e do País justifica concessões como as que foram equivocadamente preconizadas.

Em uma palavra, Sarney nega e renega quaisquer nomeações, favores, benesses ou concessões a parlamentares, para que, em troca, comprometam-se com a emenda dos cinco anos de mandato para ele. Chegou a passar telex a todos os ministros, renovando a recomendação de que, no preenchimento de funções públicas nos ministérios e em órgãos subordinados, sejam obedecidos exclusivamente os critérios de probidade, capacidade e confiança.

Quem tivesse chegado ontem ao Brasil, depois de longa ausência, ficaria feliz em sentir o presidente empenhado na defesa do bem público, intransigente ao proibir a utilização política da máquina estatal.

Essa é uma dimensão, da qual emerge, líbida e justamente irritada, a figura de Sarney, guardião da honestidade governamental. Só que tem outra, ocupando o mesmo espaço e o mesmo tempo, completamente diversa. Ou o presidente não terá sabido das dezenas de concessões de estações de rádio e televisão, oferecidas a deputados, senadores ou seus prepostos por iniciativa de ministros de seu governo? Os jornais estão cheios de denúncias, ou de meras informações, a respeito da demissão abrupta de dirigentes de empresas estatais, substituídos, coincidentemente, por pessoas indicadas por constituintes que, também coincidentemente, assinaram a emenda dos cinco anos.

Da Companhia de Navegação do Rio São Francisco à Empresa de Telecomunicações de Alagoas, exemplos citados a esmo, tem sido um festival. Basta ler o Diário Oficial, todos os dias. Acresce que deste tapete se levanta apenas a ponta. Tanto o governo quanto deputados e senadores cuidam de não estabelecer relação de causa e efeito entre os favores e as nomeações, de um lado, e a repentina adesão à emenda dos cinco anos, de outro.

É impossível que o presidente Sarney não saiba disso, se não pela própria carne, ao menos pela leitura dos malditos. Mas nem precisaria. Basta-lhe ter ouvido os ecos da lapidar frase do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centro, sobre ser "cãndido que se recebe". O parlamentar paulista resolveu assumir, quando quase todos os demais procuram dissimular.

Não tem sido apenas por critérios de probidade, capacidade e confiança que tantas mudanças se efetuam no

serviço público federal, direto ou indireto. Só se for confiança na aprovação da emenda dos cinco anos, capacidade de mudar de posição e proibidade na sustentação dos interesses políticos do governo.

Há ministros infensos a essa prática, mas poucos. A grande maioria, espontaneamente ou seguindo a correnteza, dedica-se a receber parlamentares, a tentar convencê-los da necessidade dos cinco anos e, cada qual a seu modo, a saber o preço. Pagando-o, quando vale a pena. Não se trata de novidade. Isso sempre existiu, desde os tempos do Império. Negar é que não adianta. Mas fica pior quando o presidente da República proíbe e acentua que nenhum interesse subalterno poderá e deverá fazer o governo afastar-se dos seus padrões éticos. Pode. E já fez.

A reação de Sarney está no mínimo airada. A ninguém será lícito supor que tenha autorizado seus ministros, por escrito ou verbalmente, a dedicar-se ao fisiologismo. Mas seus ministros terão interpretado, bem ou mal, sinais de inconformismo e reação diante do artigo que, no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, reduziu seu mandato para quatro anos. É o mínimo a supor, porque o fisiologismo está aí mesmo, escancarado e obscuro.

Como ficamos, ou melhor, como fica a República? Já está mal, mas é possível que fique pior, à medida que se aproximar o período de votação do tempo de mandato do atual presidente. Que se de pessoas que detizam o gabinete do chefe do governo as mais estranhas propostas, até no sentido da demissão em massa de quantos diretores, assessores e funcionários, grandes e pequenos, estejam exercendo cargos e funções por recomendação ou indicação de parlamentares aferrados aos quatro anos. Como o processo começou, nada impede que continue. Ao contrário, é difícil que se interrompa. A circular enviada por Sarney ao Ministério é clara, mas não falordá aqueles especializados numa leitura paralisia. "O presidente não tem interesses outros a defender senão os do País." Logo surgirá um apressado ministro dizendo que os interesses do País são os mesmos do presidente ou que o interesse nacional inclina-se pelas cinco anos. Pronto, essa interpretação bastará para fazer continuar o festim em cena.

Mais grossa a situação ficará no caso de, apesar de tanta munição política, a batalha ser perdida. Porque nada garante os cinco anos de mandato para Sarney. Uma vez iniciado esse processo de "toma-lá-dá-cá", por enquanto mais de dar do que de tomar, torna-se impossível reverter-lo. Muita gente que conseguiu a concessão de um canal de rádio estará preparando nova investida; se não receber outro canal, agora de televisão, reverterá sua posição na hora de votar pelos cinco anos. Multiplica-se a situação por todo o leque fisiológico. Quem obtiver uma nomeação passa a querer duas, e assim por diante.

Não há saída. Imaginando-se forte, o governo acabou revelando sua fraqueza. Quem tem razão, no caso, é o ministro Aureliano Chaves, por sinal daquelas que se recusou a qualquer participação no barganha. Ele sempre diz que a expertise, quando é demais, acaba comendo o esperão.

C.C.